



SARA CRISTINA FERREIRA REZENDE

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRATÉGIAS
METODOLÓGICAS PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM**

**LAVRAS – MG
2019**

SARA CRISTINA FERREIRA REZENDE

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL:
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO A APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Pedagogia, para a
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Profa. Dra. Elaine das Graças Frade
Orientadora

**LAVRAS – MG
2019**

À Deus. O que seria de mim sem a fé que eu tenho nele!

Ao meu pai José Maria de Rezende, e a minha mãe Maria Selma Ferreira Rezende, pelo amor, carinho e compreensão em todos os momentos.

Ao meu irmão Paulo Fernando Rezende pelo incentivo.

Em especial a minha orientadora Elaine das Graças Frade, pelos ensinamentos, apoio e paciência para a finalização desta monografia.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar forças para percorrer toda minha trajetória acadêmica, com persistência e dedicação.

Ao meu pai José e minha mãe Selma por me incentivar na busca por meus sonhos e sempre acreditarem em mim.

Ao meu irmão, Fernando, pelo apoio e dedicação em todos os momentos.

À minha professora e orientadora Elaine, cujas reflexões lançadas durante as aulas e orientações marcaram profundamente a minha maneira de enxergar o campo pedagógico e também pelo estímulo acadêmico, ensinamentos e incentivo.

À todos os amigos, próximos e distantes, que me proporcionaram momentos de aprendizado, de descontração, de superações e de lealdade; que estes possam seguir caminhos virtuosos, prósperos e que sempre tenham sede e ambição de coisas boas.

Agradeço aos professores e professoras do curso de Pedagogia com os quais pude conviver e aprender, aprendizado este que segue além do conhecimento intelectual: grandes lições de vida.

Agradeço a minha banca avaliadora por aceitar estarem presentes nesse momento tão especial.

À todos estes, minha gratidão.

RESUMO

A temática desta pesquisa centra-se na importância de entender como acontece o processo de inclusão da criança com deficiência na educação infantil. O objetivo do trabalho é observar e compreender a dinâmica da escola para verificar a interação da professora com as crianças no sentido de evidenciar as estratégias de trabalho pedagógico utilizadas para o atendimento à criança com deficiência nos aspectos relativos ao cuidar e educar. Como pesquisadora, buscou-se a não intervenção sobre o que foi estudado, mas as evidências, procurando compreender como é o espaço escolar estudado à luz das fundamentações de Ainscow (2009), Vigotski (1997), e outros autores citados ao longo deste trabalho. A pesquisa de abordagem qualitativa envolveu levantamento bibliográfico, anotação no diário de bordo das observações realizadas em sala de aula, entrevista com a professora que tem experiências práticas com o tema abordado e análise qualitativa de exemplos que estimularam a compreensão. A pesquisa foi realizada em 2018 e nos seis primeiros meses do ano de 2019, em um Núcleo de Educação Infantil, em Lavras e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras (nº 99923518.9.0000.5148). Este estudo de caso possibilitou a descoberta do que há de mais essencial e característico no contexto selecionado e evidenciou a necessidade de incentivar e promover novas pesquisas sobre o tema de forma que contribuam com o desenvolvimento de novas práticas e percursos formativos que valorizem a educação inclusiva e seu potencial na busca pela educação de qualidade e equitativa.

Palavras-chave: Estratégias Pedagógicas; Educação inclusiva; Formação de Professores.

ABSTRACT

The theme of this research focuses on the importance of understanding how the process of inclusion of children in early childhood education happens. The objective of this study is to observe and understand the dynamics of the school to verify the interaction of the teacher with the children in order to highlight the strategies of pedagogical work used to care for children with disabilities in aspects related to care and education. As a researcher, we sought not to intervene on what was studied, but the evidence, seeking to understand how the school space studied in light of the foundations of Ainscow (2009), Vigotski (1997), and other authors cited throughout this work. The research of qualitative approach involved a bibliographical survey, annotation in the logbook of the observations made in the classroom, interview with the teacher who has practical experiences with the topic addressed and qualitative analysis of examples that stimulated the understanding. The research was carried out in 2018 and in the first six months of 2019, in a Nucleus of Early Childhood Education, in Lavras and approved by the Ethics Committee of the Federal University of Lavras (n° 99923518.9.0000.5148). This case study made it possible to discover what is most essential and characteristic in the context selected and highlighted the need to encourage and promote new research on the subject in a way that contributes to the development of new practices and training paths that value inclusive education and their potential in the pursuit of quality and equitable education.

Palavras-chave: Pedagogical Strategies; Inclusive Education; Teacher training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 A criança com deficiência na educação infantil	8
2.1.1 Educação Inclusiva: Conceito e perspectivas na educação infantil	11
3 ORGANIZAÇÃO DO ENSINO REGULAR INCLUSIVO	16
3.1 Norma Brasileira (NBR 9050).....	18
4 METODOLOGIA	20
5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	21
5.1 Caracterização.....	21
5.2 Análise e discussão dos dados da observação	22
5.3 Análise e discussão dos dados da entrevista	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE	31
A – Roteiro de Entrevista.....	31
ANEXOS	32
A – Comprovante Aprovação Comitê de Ética e Pesquisa	32

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205 cujo princípio básico é “Educação para todos”, tem como uma de suas metas principais a inclusão, no ensino regular, de pessoas com necessidades educacionais especiais independentemente de suas especificidades (BRASIL, 1988).

A inclusão de crianças com deficiência na Educação encontra-se respaldada na legislação educacional no Brasil desde 1996 quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96 foi publicada. A temática da inclusão da criança na educação infantil foi estudada como ponto central desta pesquisa, por se tratar de uma questão que nos dias atuais se configura como um desafio presente em todos os níveis de ensino.

A escolha desta temática para este estudo foi feita por ser considerada como desafio presente na formação enquanto educadora, principalmente para a formação em pedagogia, que em sua prática pedagógica diária irá trabalhar com essa realidade.

Desta forma, sabe-se que as escolas do ensino regular têm recebido estes estudantes; contudo, há várias dúvidas e equívocos no que diz respeito à organização destes espaços, quesito fundamental para que o sujeito nele inserido seja instigado a desenvolver suas competências e reconhecer suas potencialidades garantindo sua cidadania.

Um dos documentos que pautam o tema, a Declaração de Salamanca, refere-se a um dos princípios da inclusão na educação como “Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (ONU, 1994, p. 5) o documento, elaborado durante a Conferência Mundial de Educação Especial, ainda aponta que as escolas ditas inclusivas precisam:

[...] reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (Id. Ibid.)

Nesta perspectiva pretende-se entender e conhecer o espaço escolar desde o início da escolarização, questionando-se: Como ocorre a inclusão na educação infantil? Observando a interação entre o professor e a criança, qual didática foi aplicada no processo de ensino e aprendizagem? As metodologias de ensino aprendizagem utilizadas estão trazendo avanços no conhecimento da criança com deficiência na educação infantil?

Como objetivos da pesquisa pretendeu-se: conhecer o espaço escolar de crianças no início da escolarização para entendê-lo; observar e registrar em diário de bordo como ocorre a

inclusão na educação infantil; conhecer qual didática foi aplicada no processo inicial de alfabetização e letramento das crianças na educação infantil, principalmente as crianças com deficiência; identificar as metodologias utilizadas para destacar suas intervenções no processo de construção do conhecimento da criança na educação infantil, principalmente para a criança com deficiência.

Foi feita uma pesquisa de cunho qualitativo, que envolveu levantamento bibliográfico, observações, entrevista e anotação no diário de bordo. A pesquisa foi realizada em 2018, durante o primeiro semestre foi construído o projeto da pesquisa e no segundo semestre foi feita a inscrição e análise no Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras (nº 99923518.9.0000.5148), aprovado em novembro de 2018 conforme Apêndice 1, e nos três primeiros meses do ano de 2019, no Núcleo de Educação Infantil.

A pesquisa foi organizada em introdução; referencial teórico para conceituação dos princípios fundamentais da educação inclusiva; metodologia orientadora da pesquisa; apresentação, análise e discussão dos dados levantados nas observações e na entrevista e considerações finais.

O presente trabalho gerou importantes contribuições para minha formação pessoal e profissional, espera-se que as discussões apresentadas aqui se transformem em materiais de consulta e inspiração para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os conceitos trabalhados na monografia. Os autores Vigotski (1997), Ainscow (2009), Dechichi e Silva (2008) e Díaz *et al.*, (2009) foram utilizados como suporte teórico.

2.1 A criança com deficiência na Educação Infantil

A Educação Infantil é considerada como um importante momento para os processos de aprendizagem e de socialização de crianças. No caso das crianças com deficiências, a infância é a fase ideal para a ampliação e favorecimento de seu desenvolvimento e aprendizagem (VAN DER VEER; VALSINER, 1994; VIGOTSKI, 1997).

A infância é um período de mudanças, momento de transição. O pensamento de Vigotski resalta o papel da cultura no processo de cognição, da ênfase ao papel do educador no desenvolvimento intelectual da criança, cria o conceito de mediação descrita como uma experiência social que requer participação e colaboração.

Para entender melhor o pensamento de Vigotsky é fundamental interar-se em quatro ideias chaves vigotskyanos: interação, mediação, internalização e zona de desenvolvimento proximal (ZDP), Vigotsky descobriu que para melhorar o nível de aprendizagem, mais do que o indivíduo agir sobre o meio, precisa interagir, para ele todo sujeito adquire seus conhecimentos a partir de relações interpessoais de troca, por isso é chamado de interativo.

Para Vigotski, o professor é um mediador, entre a criança e o mundo, um parceiro mais experiente, descobridor da (ZDP) do estudante, ajuda interagir com os outros e consigo mesmo, e assim atingir todas as etapas da aprendizagem.

A LDB, no que diz respeito à educação infantil, em seu artigo 29º, atesta que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Nesse contexto, a Educação Infantil, sendo a primeira etapa no processo da educação básica, deve ser organizada de uma forma que atenda as condições essenciais de aprendizagem. A escola deve estar equipada com recursos humanos e tecnológicos a fim de garantir os direitos à educação de qualidade prescrita em leis que regulamentam o ensino básico no Brasil. No que se refere à educação inclusiva infantil, as atenções devem estar concentradas na inclusão da criança – garantindo-lhe os mesmos direitos que os demais estudantes.

Ainda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, observa-se que no artigo 2º a Lei versa sobre o princípio e finalidade da educação nacional, delegando a responsabilidade sobre a Educação, neste caso informação necessária ao presente estudo na perspectiva de compreender os atores envolvidos no processo. A Lei destaca:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em uma análise sobre a LDB para o presente trabalho foi possível compreender que pensando a Educação em seu campo maior, numa perspectiva histórico-cultural, sua base se consolida no ensino básico, substancialmente na Educação Infantil assim como posto pela LDB nos parágrafos anteriores. Observa-se que é neste processo educativo que as crianças têm contato com as primeiras experiências de alfabetização. Quando se trabalha bem essa etapa de aprendizagem, a tendência é que o estudante desenvolva suas habilidades cognitivas em seus ciclos seguintes com maior facilidade.

No que se refere à criança com deficiência, as escolas devem estar atentas na construção de metodologias que possam dar eficiência à aprendizagem, garantindo às crianças com deficiência um desenvolvimento social e cognitivo pleno. Temos leis suficientes para isto, tanto a Constituição Federal quanto a LDB, dentre outras, asseguram (pelo ao menos em tese) o direito à educação; entretanto, muitos desses direitos só existem em artigos (em teorias) – uma das formas desses direitos saírem do papel se dá justamente pela conscientização da comunidade escolar que, deve se empenhar ao máximo para que todo corpo discente – portadores de deficiência, ou não, usufruam de seus direitos educacionais. (AINSCOW, 2009).

Uma educação eficiente e de qualidade só é possível quando toda equipe pedagógica estiver dialogando, de forma coerente, com os direitos constitucionais e, ainda, criando possibilidades de aprendizagem e inclusão social. A criança especial deve ser assistida com ferramentas adequadas e viáveis – a fim de minimizar suas deficiências e garantindo-lhes os direitos à aprendizagem (FARIAS, MARANHÃO e CUNHA, 2008). A escola é responsável por propiciar aos seus estudantes caminhos que os levem a fazer uma boa jornada pelo caminho da socialização, da aprendizagem, do conhecimento. As leis nacionais devem ser estudadas e colocadas em prática. Uma boa política pedagógica se faz com ação e comprometimento. Teoria sem ação não faz sentido e não traz resultados (MELLO, 1991).

Atualmente, em estudos realizados a respeito da infância, percebe-se um consenso em torno da ideia de que a Educação Infantil é um terreno fértil e profícuo de garantia do desenvolvimento de crianças com deficiência, como posto por Veiga (2018). A Educação Infantil, componente da educação básica, tem sua garantia de acesso e permanência por meio da Constituição Federal (CF) que prevê o atendimento educacional especializado a todas as

crianças, conforme o artigo 208

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos **portadores de deficiência**, preferencialmente na rede regular de ensino” (grifo nosso).

Mesmo com o direito assegurado pela CF, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, a realidade brasileira é diferente:

No âmbito da educação infantil, as matrículas concentram-se nas escolas/classes especiais que registram 89.083 alunos, enquanto apenas 24.005 estão matriculados em turmas comuns, contrariando os estudos nesta área que afirmam os benefícios da convivência e aprendizagem entre crianças com e sem deficiência desde os primeiros anos de vida para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2008, p.13).

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “ratificada no Brasil com status de emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009” (p. 69), tem-se como definição para o termo “pessoa com deficiência”:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2008, p.69).

O Ministério da Educação (MEC) divulgou em 2018, o Censo Escolar da Educação Básica 2017. Trata-se de uma pesquisa anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados mostram que ocorreu um aumento do número de pessoas com deficiência no ensino regular. A porcentagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns, passaram de 85,5%, em 2013, para 90,9%, em 2017. Ou seja, em 2016, o número de matrículas desse grupo na educação básica foi de 751.065, enquanto que em 2017, foi de 827.243 (INEP, 2018).

Apesar de o aumento parecer significativo, diversos especialistas concordam que, embora o Brasil tenha conseguido aumentar a inserção de estudantes com deficiência no sistema de ensino, isso vem sucedendo em passos lentos (DIÁZ *et al.*, 2009; DECHICHI, SILVA, 2008). Naturalmente, o número de crianças deficientes fora da escola ainda é grande.

Esses dados demonstram um processo evolutivo do número de matrículas, mas o acesso às atividades da educação ainda está aquém das necessidades desse público. Segundo o Censo Escolar, somente 40,1% dos estudantes com deficiência obtêm atendimento educacional especializado, salientando que a exclusão continua mesmo diante do aumento do número de matrículas desse grupo na educação básica.

2.1.1 Educação Inclusiva: conceito e perspectivas na educação infantil

A educação inclusiva, voltada para crianças com deficiência, vem ganhando cada vez mais espaço nos últimos tempos. Decretos e leis têm viabilizado e contribuído para que essa modalidade educativa seja cada vez mais eficiente. Sobre a educação especial, o capítulo V da LDB, em seu artigo 58, diz o seguinte:

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Necessidades essas que precisam, obviamente, de ser encaradas com um cuidado especial. Nesse contexto, as estratégias e interferências pedagógicas – tanto as humanas, quanto as tecnológicas, devem estar de acordo com as necessidades específicas de cada caso.

Uma pessoa, com deficiência auditiva, por exemplo, deve ser orientado por um professor formado na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – para que o educando tenha as mesmas condições de aprendizagem que os seus colegas de classe. A pessoa com deficiência deve ser inserida, inclusa no processo de aprendizagem – de forma que não se sinta inferior – do ponto de vista social e de aprendizagem, ou seja, ela deve se sentir, mesmo sabendo de suas limitações, que ela também é um ser social que possui todas as possibilidades de aprender e crescer integralmente em todos os níveis de aprendizagem. Ainda no capítulo V da LDB, destacam-se os seguintes incisos que regulamentam as práticas da educação inclusiva:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, n.p.).

Os demais artigos e parágrafos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação orientam que as instituições educativas devem estar em harmonia com as necessidades particulares de cada educando. Bem como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos devem estar bem organizados para atender as demandas individuais das crianças portadoras de deficiência. Os professores devem ter a capacitação adequada para assegurar a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Portanto, a educação especial deve trabalhar com uma metodologia e pedagogia diferenciada. Toda comunidade escolar, inclusive as famílias,

devem estar em sintonia com o processo educativo das crianças e jovens portadores de alguma deficiência.

A oferta de educação para pessoas com deficiência mudou bastante com o passar dos anos, mas temos muito a avançar. No Brasil, após um longo período de exclusão e abandono, atenções a essa temática foram ganhando corpo no século XIX. Em 1854 ocorreu a criação do “Instituto dos Meninos Cegos”, hoje “Instituto Benjamim Constant”, e três anos depois o “Instituto dos Surdos-Mudos” atual “Instituto de Educação dos Surdos”, ambos na cidade do Rio de Janeiro, os perfis, contudo, eram voltados para as deficiências visuais e auditivas.

Continuando a excluir as limitações físicas e principalmente intelectuais. Tal cenário começou a mudar a partir dos meados do século XX, quando iniciou a articulação de uma política de educação especial. É nessa época que surgem instituições como a sociedade “Pestalozzi” e “Apae”. Em 1969 o Brasil contava com mais de 800 escolas especializadas na educação de pessoas com deficiência intelectual.

Na década de 80 a educação especial começa a ganhar o caráter de inclusão, primeiro passo para isso ocorre em 1988 com o art. 208 da Constituição Brasileira que garante o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino aos indivíduos que apresentem deficiência. Na LDB, publicada em 1996, confirma-se que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e deve haver serviços de apoio especializado.

Considera-se público alvo do atendimento educacional especializado (AEE):

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (MEC, 2008, p. 2).

A educação inclusiva, na perspectiva de uma escola para todos, ganha forças, pois historicamente, as pessoas com deficiência, transtorno global de desempenho ou altas habilidades, superdotação, que é público alvo da Educação Especial, ficavam exclusivamente estudando em Escolas Especiais.

Hoje a perspectiva é outra, a meta é que esses estudantes possam estudar em escolas

regulares, mas que também possam contar com o apoio da área de educação especial. Portanto, a educação especial e a educação inclusiva começam a andar lado a lado com o objetivo de acolher e promover o desenvolvimento e a aprendizagem de todos.

No que diz respeito à educação especial, cada educando possui suas peculiaridades, portanto, em cada caso em específico, métodos e ferramentas adequadas devem estar disponíveis. Um fator essencial para cuidar desses estudantes é justamente o fator humano, ou seja, o professor de apoio. Cursos nas instituições superiores devem ser oferecidos de acordo com as exigências especiais dos estudantes com deficiência. Principalmente em regiões do interior, nem sempre se encontram profissionais habilitados e capacitados para darem o suporte devido aos as pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Educação Especial na perspectiva da Escola Inclusiva tem como objetivo buscar novas estratégias, atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, não vai escolarizar a pessoa com deficiência, vai ser um suporte, para que as crianças possam se manter em evolução durante a escolarização do ensino regular.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (MEC, 2008, p. 1).

Percebe-se, muitas vezes, em nosso cenário educativo atual que, embora existam leis que regulamentam a educação especial em nossas escolas, na prática, ainda falta muito para se chegar ao ideal. Necessita-se melhorar tanto o quadro o humano, quanto os recursos tecnológicos. Políticas públicas na educação, apesar de terem melhorado nas últimas décadas, ainda são frágeis para dar conta de todos os portadores de deficiências espalhados pelas escolas do nosso país.

A pessoa com deficiência matriculada na classe comum possibilita que os professores sejam desafiados a pensar em alguns métodos de ensino e práticas pedagógicas diferentes. Os professores devem estar preparados para ministrar aulas no contexto da diversidade. A escola deve ser bem estruturada a fim de garantir o desenvolvimento pleno do educando. De acordo com o portal do MEC, as escolas devem estar equipadas de forma adequada para garantir a aprendizagem dos portadores de deficiência. A oferta do (AEE) deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização:

a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos; d. Professor para o exercício da docência do AEE; e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção. f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum; g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE. (MEC, 2008, p. 3)

Em várias etapas deste estudo já foi salientado a importância de uma escola bem equipada. Sem recursos estruturais – sejam eles humanos ou tecnológicos – torna-se uma tarefa extremamente difícil de ser realizada: o ato de educar e construir pontes para o saber, para o conhecimento. Com uma escola bem equipada em todos os segmentos, o processo educacional – seja ele na educação regular ou inclusiva, torna-se mais viável e mais produtivo. Uma educação de qualidade, que atenda todas as necessidades de seus educandos, se faz com empenho, participação e dedicação de toda comunidade escolar.

A educação inclusiva pressupõe um trabalho que constrói a visão homogeneizada de educação e parte para uma necessidade de entender a singularidade, a particularidade de cada estudante e, com isso, construir projetos pedagógicos que respeitem essa forma particular e única – de cada um se desenvolver e se relacionar com o conhecimento.

A ideia de educação inclusiva se baseia em dois pilares fundamentais: o primeiro é a questão de se entender a educação como um direito fundamental, as pessoas com deficiência devem entender isso como um direito e não como um favor por parte de educadores e gestores; e o segundo pilar – é a ideia de que a educação contemporânea deveria valorizar as diferenças, muitas vezes, o educador é pressionado pelas demandas da família, pelo próprio resultado da escola e acaba se distanciando daquilo que seria uma educação para vida; e concentrando seus esforços em uma educação padronizada. A educação para a vida deveria ser adotada como a principal filosofia da escola. Formar um cidadão íntegro e responsável deveria ser, antes de tudo, o cerne de todo processo educativo. Somente assim, teríamos uma sociedade mais igualitária, com mais justiça social e oportunidades para todos.

3 ORGANIZAÇÃO DO ENSINO REGULAR INCLUSIVO

No Brasil, como já citado, existem diversas normas legais que visam garantir que a educação inclusiva seja oferecida às pessoas com necessidades especiais, contudo não se pode aceitar que tais normas não tenham efeitos concretos gerando apenas pseudogarantias.

No artigo 58 da LDB:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (grifo próprio).

Pelo exposto, o fato é que compete a todas as pessoas envolvidas na educação ter uma postura mais ativa no sentido de buscar maior efetividade das leis que garantem a todos o direito à educação.

A escola é onde a criança irá descobrir e ampliar junto aos seus novos amigos o convívio social. É na escola também que as crianças vão experimentar o mundo de diferentes maneiras e aprender a cada dia como conquistar a sua independência.

A escola é como se fosse a segunda casa da criança. Muitos valores que as acompanharão pelo o resto de suas vidas são construídos na escola. A interação social faz com que a criança, vá, aos poucos, identificando-se com os seus semelhantes e, conseqüentemente, construindo valores, reinventando o mundo à sua volta.

O ambiente social, o qual deve proporcionar a criança oportunidades para interações com outros indivíduos, interações essas que levem à colaboração e não à concorrência. Esses intercâmbios devem ser incentivados entre crianças do mesmo nível, de níveis diferentes, e entre a criança e o adulto. (CUNHA, 1980, p 25)

O ensino inclusivo contribui para um melhor rendimento acadêmico. No Brasil, o direito de frequentar a escola regular é garantido a qualquer criança pela constituição Federal. O Censo Escolar da Educação Básica-2017 mostra o aumento do número de pessoas com

deficiência no ensino regular. Dados que demonstram um processo evolutivo, mas o acesso às atividades da educação ainda está além das necessidades desse público.

Somente 40,1% dos estudantes com deficiência obtêm atendimento educacional especializado, salientando que a exclusão continua mesmo diante do aumento do número de matrículas desse grupo na educação básica. A falta de estrutura também é uma realidade no nosso país. Somente 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas têm dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência (IBGE, ano do documento).

O Brasil é um país multicultural, formado por diversas etnias. As diferenças, sejam elas de cunho étnico-cultural ou de alguma característica física ou psicológica, fazem parte da sociedade. Elas devem ser encaradas como algo produtivo e enriquecedor. Somente assim, os preconceitos serão eliminados ou minimizados – em prol de uma sociedade mais justa e mais igualitária em direitos e capacidades de crescimento e aprendizagem. Vale dizer ainda que: “a interação social, proporcionando outros pontos de vista, favorece o exercício da coordenação e o desenvolvimento do raciocínio, enquanto que este último auxilia a compreensão social”. CUNHA (1980, p 25).

O sistema pedagógico de inclusão garante que todas as crianças sejam respeitadas e se sintam parte de um todo, não importando a cor da pele, cabelo, altura, deficiência física ou mental. É no convívio que as crianças ampliam sua visão de mundo, desenvolvendo empatia, respeito, engajamento, e muito mais.

Nessa nova etapa do aprendizado é preciso considerar atos importantes, como a localização da escola, o método de ensino, a qualificação dos professores, e, principalmente, avaliar se a escola escolhida é um espaço de educação inclusiva.

No contexto da educação inclusiva, muitas vezes, o educando deve ter uma atenção diferenciada, pois, cada um é portador de uma natureza distinta. Cada um tem seu próprio modo de aprender e se de emancipar enquanto cidadão.

Assim, encaminhar o estudante a uma boa direção, escola de qualidade, com profissionais como o professor de apoio, que tem formações específicas para trabalhar com sua deficiência, seria, antes de tudo, dar-lhe suporte para o crescimento não só espiritual no que diz respeito à ética e a cidadania, mas também desenvolvimento de sua aprendizagem.

A própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão, ao estabelecer, em seu Art. 59, o seguinte:

Art.59. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos estudantes.

Na prática do dia a dia, as atividades são trabalhadas de maneira igual para todos os estudantes, mas são feitas adaptações para que a criança com deficiência consiga compreender o que está sendo proposto, assim adaptando o conteúdo, mas conseguindo manter de forma igual para todos. Onde a criança com deficiência consegue se sentir incluída dentro da sala de aula.

A escola inclusiva encara a diversidade como um valioso recurso educativo, vivemos em um mundo de diferenças, diferenças de temperamento, habilidades, conhecimento, então o respeito a essas diversidades deve permear em todas as relações.

O olhar mais atencioso dos profissionais da educação está voltado não só para a pessoa com deficiência e com necessidades especiais, mas para todos os estudantes, porque cada um tem suas características próprias, o ensino inclusivo oferece oportunidades iguais compreendendo o tempo de cada um.

3.1 Norma Brasileira NBR 9050

Neste item apresenta-se as orientações para o atendimento da criança usuária de cadeira de rodas, no que se refere ao espaço físico das salas de aula, bem como rampas de acesso e outras orientações.

Durante o curso de Pedagogia foi possível vivenciar durante os estágios supervisionados experiências formativas que incluíram, além da atuação docente em sala de aula, outras experiências relativas a administração e gestão dos espaços educativos para a educação básica.

A vivência profissional por meio dos estágios supervisionado oportunizaram a busca por uma formação mais ampliada com aspectos relativos a inclusão. A leitura da Norma Brasileira NBR 9050, se fez necessária não apenas para esta pesquisa, mas também para o exercício como futura pedagoga, no conhecimento e adequação dos espaços físicos de atendimentos as pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais.

Para o atendimento da pessoa com deficiência em escolas regulares faz-se necessária a adequação dos espaços físicos, pois não basta apenas realizar investimentos no material humano (professores, servidores, etc), mas também é de extrema relevância que sejam realizadas melhorias nas estruturas físicas que irão receber os educandos com necessidades especiais. Para isso observa-se que já existem normas previamente construídas para este fim.

De acordo com Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050: A entrada dos estudantes deve estar preferencialmente localizada em via de menor fluxo de tráfego de veículos, com rotas acessíveis com espaço para a circulação da cadeira de rodas. O ideal é colocar rampas de acesso e nivelar o piso (principalmente nas áreas externas), para que os estudantes tenham acesso a todos os ambientes da escola, os corrimãos das rampas devem ser instalados em duas alturas: 0,70m e 0,92m do piso.

As portas da instituição também precisam ser adaptadas para garantir a passagem de cadeira de rodas, uso de muletas, bengalas e ainda de acesso para pessoas que precisam de acompanhantes devem ter um vão livres de no mínimo 0,80m e altura de no mínimo 2,10m, podendo ser respeitado à aproximação frontal e lateral. Todos os mobiliários internos devem ser acessíveis para a aproximação e manobra da cadeira de rodas.

As lousas devem ser instaladas a uma altura inferior de 0,90m do piso.

As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento são: para rotação de $90^\circ = 1,20\text{m} \times 1,20\text{m}$, para rotação de $180^\circ = 1,50\text{m} \times 1,20\text{m}$, e para rotação de $360^\circ =$ diâmetro de 1,50m. As carteiras devem ser acessíveis, é recomendado que pelo menos 1% do total das carteiras, sendo no mínimo uma para cada duas salas de aula, seja especial para cadeirantes. As mesas e superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso.

No mínimo 5% dos sanitários da escola precisam ser adaptados, garantindo que haja pelo menos um banheiro adaptado masculino e outro feminino. Os banheiros devem estar com dimensões mínimas de 1,50m por 1,70m; as bacias sanitárias devem ser elevadas; Áreas de transferências e barras de apoio devem estar posicionadas de lados diferentes e respeitando-se uma área de transferência mínima de 0,80m por 1,20m; Pode-se utilizar uma porta de 0,80m abrindo-se para fora.

Para a indicação de acessibilidade em mobiliários, espaços e equipamentos, utiliza-se o Símbolo Internacional de Acessibilidade, sempre voltado para o lado direito, Os símbolos podem ser desenhados em branco sobre o fundo azul ou também em branco e preto.

4 METODOLOGIA

Foi feita uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, definida por Cajueiro (2013, p. 16) como uma pesquisa que busca “explorar o problema a fim de torna-lo explícito” a qual teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, assim o tornando mais esclarecedor de modo que permita a elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.

A pesquisa foi desenvolvida com levantamento bibliográfico, observações em ambiente escolar e entrevista com professora que atua na educação infantil e que trabalha com crianças com deficiência. Foi feita também entrevista com profissionais da escola que tiveram experiências práticas com o tema abordado.

A pesquisa pode ser considerada como um estudo de caso, conforme descreve Cajueiro (2013, p. 22):

É o tipo de pesquisa no qual um caso (fenômeno ou situação) individual é estudado em profundidade para obter uma compreensão ampliada sobre outros casos (fenômenos ou situações) similares, possibilitando a criação de um modelo ou de novos procedimentos-padrão.

O método de estudo de caso foi escolhido por possibilitar a descoberta do que há de mais essencial e característico no contexto selecionado. Como pesquisadora, não se teve a pretensão de intervir sobre o que foi estudado, mas evidenciá-lo tal como o percebia, procurando compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes.

O trabalho passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) sob o nº 99923518.9.0000.5148, aprovado em novembro de 2018, conforme Apêndice 1, uma vez que a fonte primária de informação foi com seres humanos, e assim pode estabelecer maior proteção e bem estar aos sujeitos da pesquisa durante todo o estudo.

A pesquisa foi realizada em um Núcleo de Educação da Infância, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais. Foram coletados dados por meio da observação nas instalações e espaços físicos ano de 2019. Como coleta de dados também foi feito entrevista estruturada, conforme Apêndice 2, com a professora que atua na educação infantil.

O método de análise empregado é de cunho qualitativo, uma vez que busca uma aproximação entre a teoria e a realidade expressando os sentidos e fenômenos.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Primeiramente, foi realizado um contato com o Núcleo de Educação da Infância, onde foi solicitado esclarecimento sobre o estudo, feito via correio eletrônico e, em seguida, encaminhou-me a turma do segundo período em que havia uma criança que fazia uso de cadeira de rodas. A criança recebeu o nome fictício Pedro, tem quatro anos de idade e possui paralisia cerebral. Frequenta o hospital de reabilitação SARAH em Belo Horizonte e a Educação Infantil.

A mãe de Pedro, em uma conversa informal, mostrou-se receptiva a esta pesquisa e destacou a importância de estudos na área da educação de crianças com essa deficiência para maiores contribuições no processo de inclusão da criança e sua aprendizagem.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de observação simples e entrevista por pauta. A coleta de dados consistiu de dois momentos: o primeiro foi a observações acerca da rotina da sala de aula; o segundo momento foi à entrevista, realizada com a professora.

A entrevista foi realizada de acordo com a disponibilidade da participante. Para a entrevista, foi elaborado um roteiro, conforme apêndice A . A entrevista foi respondida por e-mail. Após os procedimentos da coleta de dados, iniciou-se a análise dos dados coletados.

Para analisar os dados, primeiramente, foi realizada a seleção dos momentos, considerando os aspectos mais relevantes para a pesquisa e, em seguida, a entrevista foi minuciosamente transcrita. Na transcrição da entrevista, buscou-se, ao máximo, trazer todos os detalhes. Vale ressaltar que na transcrição, foram atribuídos nomes fictícios para aos participantes. Posteriormente, foram organizados os registros do caderno de campo ou Diário de Bordo, conforme Bogdan e Biklen (1994) dividido em cinco categorias: atividades dirigidas em sala de aula; brincadeiras no parque; alimentação; higiene; uso da cadeira de rodas.

Por fim, na análise dos dados, foram tecidas algumas considerações com base na fundamentação teórica desenvolvida no capítulo inicial desta monografia, acerca do trabalho que poderia ser desenvolvido com a criança com deficiência em processo de inclusão na Educação Infantil, tendo-se a mediação como elemento central.

5.1 Caracterização

O estudo de caso foi realizado no Núcleo de Educação da Infância, na cidade de Lavras. Trata-se de uma unidade acadêmica vinculada à Pró-Reitoria de Graduação que tem por finalidade o planejamento, a supervisão e a oferta da Educação Infantil no âmbito da

Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Núcleo de Educação da Infância é composto por: Coordenação Geral; Assessoria Pedagógica; Secretaria; Colegiado da Educação Infantil; Corpo docente; Estagiários e auxiliares em serviços educacionais.

A escola abrange o trabalho educativo com crianças da educação infantil, compreendida como primeira etapa da Educação Básica, com faixa etária de seis meses a cinco anos de idade. O ingresso ocorre anualmente por meio de edital, que regulamenta o processo de preenchimento das vagas, que se dá por meio de sorteio público, realizado conforme o edital considerando a distribuição de vagas por seguimento. O atendimento acontece no turno vespertino: 13:00h às 17:00h, horário estabelecido pelo Colegiado e aprovados pela Pró-Reitoria de Graduação, órgão interno da UFLA ao qual está vinculado.

Apresenta uma estrutura física condizente ao trabalho realizado, possui vinte funcionários ao todo, conta com seis salas de aula com capacidade máxima para vinte estudantes cada uma, possui salas individuais para cada professor da instituição, sala de coordenação, sala para estagiárias, secretaria, brinquedoteca, copa, refeitório, banheiros para professores, banheiros amplos para os estudantes, um parquinho grande com espaço propício para as atividades recreativas e quadra esportiva.

O Núcleo de Educação da Infância foi criado no ano de 2017, atendendo a solicitação da Pró-Reitoria de Graduação. Foi realizada uma revisão do Projeto Político Pedagógico pelas professoras, chegando a essa versão do documento atual.

O Núcleo enfrenta dificuldades como qualquer outra escola, porém, esforça-se para superá-las todos os dias, trabalha o desenvolvimento integral dos estudantes e prepará-los para o exercício da cidadania a partir da solidariedade, cooperação, entusiasmo e especialmente, a participação efetiva de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

5.2 Análise e discussão dos dados da observação

As observações feitas durante o contato com Pedro possibilitaram conhecer a realidade do seu dia a dia escolar. O segundo período trata-se de uma turma, com vinte crianças, uma professora, uma estagiária para auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas e uma estagiária que trabalha como acompanhante exclusiva para a criança com deficiência.

Observou-se que a sala de aula é pequena e que Pedro não conseguia se movimentar com a cadeira de rodas, tendo que ficar parado sempre no mesmo lugar a maior parte do tempo, ele ocupa um espaço de 0,80m por 1,20m no piso, para as atividades realizadas em

sala de aula, Pedro conta com a ajuda da estagiária, utiliza alguns instrumentos que possibilita segurar a folha e manusear o lápis.

É fundamental que o professor possa oferecer oportunidade por meio de atividades e diferentes métodos para que a criança com deficiência possa vivenciar múltiplas experiências, que estimulem a criatividade, as experiências múltiplas, que estimulem à experimentação, a imaginação, que desenvolvam as distintas linguagens expressivas e possibilitem a interação com outras pessoas. Pedro se incomoda bastante quando acontece algum barulho, principalmente palmas, começa a ficar bastante agitado e precisa ser conduzido a outro local da escola para que possa se acalmar.

A profissional da educação responsável pela turma mostra compromisso na realização das suas atividades para com as crianças, mas nem sempre consegue dar atenção aos demais estudantes e também a Pedro. A escola não trabalha com Atendimento Educacional Especializado AEE, que costuma acontecer no contraturno nas salas de recursos, ambientes adaptados para auxiliar indivíduos com uma ou mais deficiências. O foco do trabalho no AEE é pedagógico, com a presença de um professor com formação adequada para atuar no cargo, prepara os estudantes para desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o aprendizado nas aulas regulares.

Baseado nos princípios de igualdade e liberdade a LDB 9394/96, coloca a educação escolar como direito primordial de todos, inclusive dos discentes que apresentam Necessidades Educativas Especiais (NEE). A escola tem por obrigação básica respeitar, reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade dentro do ambiente escolar.

Os estudantes são dedicados, buscam sempre estar perto de Pedro, durante a recreação gostam de conduzir a cadeira de rodas, dá para perceber o carinho que as crianças possuem com o colega. Pedro não possui restrição alimentar, a estagiária acompanhante oferece os alimentos, e ele escolhe com alguns gestos se aceita, e também quando já está satisfeito.

Depois do lanche, Pedro é conduzido até o banheiro para que possa ser feito a sua higiene pessoal. O banheiro é amplo, de acordo com as normas de acessibilidade.

5.3 Análise e discussão dos dados da entrevista

A entrevista foi realizada com a professora, enviada pelo email institucional, passou a ter um caráter de questionário, com perguntas e respostas, sem intervenção, pelo fato da disponibilidade da participante. A entrevista possui quinze perguntas sendo a última aberta para observações.

A professora possui formação em Pedagogia, atua há seis anos na educação infantil, já trabalhou com crianças com deficiência e atualmente trabalha na sala de aula de Pedro com paralisia cerebral. Essas respostas foram retiradas das perguntas 1 e 2.

Na pergunta nº 3 foi questionado se ela já trabalhou com crianças com deficiência e como ela se sentiu na primeira vez que trabalhou com crianças com deficiência: Sim, já trabalhei com crianças com deficiência, o sentimento era de impotência e incapacidade, mas ao mesmo tempo um desejo de buscar compreensões, possibilidades e aproveitar ao máximo as capacidades da criança.

Perguntas nº 4 e 5 a professora disse que possui como formação continuada um curso de 32 horas em Educação Inclusiva (FIEI) que foi oferecido pela prefeitura onde trabalhava. Durante o exercício de sua profissão na educação infantil teve contato com algumas crianças com deficiências, tais como: Síndrome de Asperger, que se constitui em um transtorno do desenvolvimento e atualmente trabalha com o estudante foco deste estudo de caso, que possui paralisia cerebral.

Na pergunta nº 6 foi perguntado se atualmente ela trabalha com crianças com deficiência, ela disse que sim. Na pergunta nº 7 foi questionado como ela faz o planejamento diário para atender essas crianças? A resposta foi que nos seus planejamentos das aulas são feitos com algumas adaptações dentro da capacidade da criança com deficiência. Na resposta nº 8 ela explica que em sua rotina de trabalho usa adaptações disponibilizadas pela família da criança, utiliza material didático construído pela própria instituição e também procura estar em ambientes que seja de fácil acesso à criança (que faz uso da cadeira de rodas).

Pela entrevista e também pela observação pode-se perceber que nas aulas ministradas pela professora entrevistada ela procurava estar em ambientes de fácil acesso para que Pedro fizesse uso da cadeira de rodas e pudesse se sentir incluso no ambiente escolar.

Na Pergunta nº 9, foi questionado: No processo de aquisição da linguagem da criança, você considera que a socialização dessa pessoa com deficiência em espaço da escola regular é importante? Por quê? A resposta foi Sim, mas não disse o porque.

Foi perguntado na questão nº 10 se no campo afetivo para todas as crianças da sala de aula, com ou sem deficiência, há contribuições do trabalho de inclusão na escola regular? A resposta foi: aprender a conviver com as diferenças, respeitar o diferente, aprender a lidar com as limitações das pessoas, aprendizagem da paciência, afeto e cuidados.

Pergunta nº 11 foi questionado se no aspecto psicomotor ela considera que houve avanços para a criança com deficiência incluída na educação infantil, sendo afirmado que sim, em relação a criança que atende atualmente, houve avanços, principalmente no aspecto psicológico.

A professora deixou explícito em sua resposta nº 12 que possui informações a respeito do diagnóstico da criança, a família disponibilizou um relatório médico da criança no qual consta que houve falta de oxigênio no cérebro da criança no momento do nascimento e que o único comprometimento mais sério é a questão física da criança.

A professora afirma na resposta nº 13, receber apoio da coordenação da escola para a criança com deficiência mas acusa: outras instâncias responsáveis por disponibilizar professor de apoio e monitor para acompanharem a criança e que são um direito da mesma, não conseguem atender a esse requisito. Por isso, no momento estamos sem um profissional de AEE e monitores capacitados para atenderem às crianças com deficiência da instituição.

A entrevista foi encerrada com a pergunta nº 14. Sobre quais as necessidades que ela possui, para o trabalho com a criança com deficiência e qual ela gostaria de obter com maior rapidez. Em resposta ela coloca os materiais e equipamentos tecnológicos para atender as especificidades das crianças.

Chamou atenção às respostas, em que pode-se notar que existe consciência por parte da professora que durante as aulas precisa de outro profissional como apoio para que haja uma melhor aprendizagem da criança com deficiência.

Fonseca (1995) acredita que seja necessário preparar professores, para obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva. Assim, eles poderão relacionar-se com seus diferentes estudantes, e conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante observações do trabalho pedagógico e experiências vivenciadas na escola, fazendo uma reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência, e processos educativos inerentes à instituição e realidade escolar, a pesquisa possibilitou um preparo maior para o exercício da teoria e prática, trouxe um olhar mais amplo e revelador, sobre as atividades desenvolvidas para a criança com deficiência na educação infantil e os aspectos pedagógicos-educacionais que as envolve, podendo preparar-se também criticamente para a prática profissional.

A pesquisa ampliou a percepção de que a escola precisa trabalhar com a criança no sentido de que ela se reconheça como ser humano, com seus direitos e limitações, além de desenvolver o senso crítico, a fim de levá-los a encarar o novo milênio sob a perspectiva das contínuas mudanças.

Para que um determinado trabalho tenha êxito, necessita-se, antes de tudo, de um método, de um planejamento eficaz. O cumprimento rigoroso de um determinado processo metódico é o que vai garantir a realização, com eficiência, do trabalho desenvolvido. Quando se fala em educação – por se tratar de uma área complexa, dinâmica, uma área que lida com seres humanos – em suas mais variadas diferenças sociais, econômicas, religiosas, culturais, etc – necessita-se de um cuidado especial. Além de todo rigor metódico, precisa-se, principalmente, do olhar humano, da sensibilidade; pois, o que se deve formar na escola, antes de tudo, são seres humanos aptos para exercerem seus papéis de cidadãos críticos e responsáveis pelo mundo no qual estão inseridos.

A educação de qualidade em nosso país – é um grande desafio. Um enorme desafio! Uma política educacional bem direcionada é um dos alicerces para se consolidar os objetivos almejados com a educação. Um Projeto Político Pedagógico deve ser construído em conjunto. Com a participação de educadores atuantes. Educadores que têm a experiência pedagógica concreta em seus currículos. A prática precisa da teoria e vice-versa. Nesse contexto, deve haver uma sintonia entre conhecimento teórico e ação, entre lei e sua aplicabilidade.

Observou-se que quando se trata da Educação Inclusiva, esta, por sua vez, deve ter as atenções redobradas, devem ser mais reflexivas, críticas e mais cuidadosas. Não que a educação como um todo não deva ser encarada com esses cuidados; mas a questão é que, no âmbito da educação especial, os mecanismos e métodos utilizados devem estar em harmonia com a aprendizagem; devem garantir ao educando portador de alguma deficiência os mesmos direitos que os demais estudantes. Partindo dessa premissa, o ideal seria que todos, apesar de

suas diferenças e limitações, conseguissem desenvolver suas habilidades de forma eficaz e satisfatória.

Ao longo da pesquisa e observações foi possível compreender com maior profundidade algumas das leis e decretos que regulamentam o direito à educação de todos, contudo, observou-se na prática que nem sempre as leis são cumpridas. Constatou-se que a educação brasileira precisa e deve ser melhorada. Os índices da aprendizagem nacional, junto com o analfabetismo e a evasão escolar – são muito altos se comparados com outros países, inclusive da América do Sul. Em se tratando da educação especial, o problema ainda é maior, pois, somente a partir da década de 80 é que, com a redemocratização do país teve início algumas políticas que começaram regulamentar a educação especial; portanto, a comunidade escolar deve estar atenta para os novos desafios no que diz respeito a essa modalidade educativa. Não basta apenas culpar as entidades governamentais, necessita-se, urgentemente, da participação e envolvimento de todos.

No decorrer dos estudos empíricos e bibliográficos realizados para a concretização deste trabalho, observou-se que, apesar de algumas dificuldades, a educação inclusiva vem sido tratada com mais seriedade. Vários artigos e trabalhos acadêmicos têm sido desenvolvidos sobre o tema. Professores de apoio estão se especializando cada vez mais. As leis, em partes, estão sendo mais respeitadas. As escolas estão se equipando com mais recursos para atender as crianças portadoras de deficiência. Portanto, percebe-se que a inclusão está se tornando algo real. Algo que faz parte da educação como um todo e deve, a cada instante, ser repensada e melhorada.

A educação especial, inclusiva aponta-nos caminhos e desafios a serem percorridos. Muitas conquistas já foram consolidadas. Hoje em dia já existem números consideráveis de cegos e surdos, dentre outros, com formação superior. Esses novos profissionais exemplificam o quanto a educação é importante e o quanto ela deve ser democratizada – no sentido de ser ofertada a todos com qualidade e eficiência. Em nosso país, vive-se atualmente um momento turbulento no que consiste à educação. Momentos tempestuosos, de incerteza. No entanto, mais do que nunca, é um momento de reflexão. Um momento para que se pense e se lute por novas práticas educacionais – visando uma melhor aprendizagem e uma melhor valorização, principalmente, pela classe política de nosso país.

O direito ao ensino está estabelecido na nossa Constituição Federal. Direito à educação inclusiva também é matéria regulamentada por leis. Enquanto educadores, temos o dever de não apenas realizarmos nosso trabalho de forma sistemática, mas também, e principalmente – de estarmos atentos às leis – para que elas sejam cumpridas. Mas, devemos

estar mais atentos ainda com nossas crianças, pois, elas são o futuro do nosso país. E, para que o futuro do Brasil tenha sucesso e progresso, somente uma educação de qualidade pode contribuir para que essa ideia (talvez utópica) possa se concretizar.

Espera-se que o presente trabalho tenha gerado, ainda que singelas boas contribuições no processo de discussão acerca da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M.. Tornas a Educação Inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?. In: IRELAND, T.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: Unesco, 2009. p. 11-23.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**, Colecção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, DF: Casa Civil, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 07 de Janeiro de 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CAJUEIRO, R. L. P. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- CUNHA. M. A. V. **Didática fundamentada na teoria de Piaget**. 6º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- DECHICHI, C.; SILVA, L. C. da. **Inclusão Escolas e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: Edefu, 2008.
- DÍAZ, F. *et al.* **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: Edefba, 2009.
- FARIAS, I. M. de; MARANHÃO, R. V. de A.; CUNHA, A. C. B. da. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience Theory). **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.365-384, dez. 2008.
- FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.
- INEP. **Censo Escolar**. 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto Nº 6.571: **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Brasília: Mec, 2008.
- MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 5, n. 13, p.7-47, dez. 1991.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: ONU, 1994.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. **Vygotsky**: uma síntese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

VEIGA, M. M.. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. **Paidéia**, Jan./Jul. 2008, ano V, n.4, p.169-193.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICE 1

Comprovante Aprovação Comitê de Ética e Pesquisa

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

— DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO APRENDIZAGEM
Pesquisador Responsável: Elaine das Graças Frade
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 99923518.9.0000.5148
Submetido em: 21/11/2018
Instituição Proponente: Universidade Federal de Lavras
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Universidade Federal de Lavras



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1118821

— DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
 - ↳ Pendência de Parecer (PO) - Versão 2
 - ↳ Currículo dos Assistentes
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissã
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 2
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Outros - Submissão 2
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigac
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - ↳ Apreciação 2 - Universidade Federal de La
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
<p>Ativar o Wind Acesse Configuraç</p>				

APÊNDICE 2**Roteiro de Entrevista**

1. Quanto tempo de trabalho no magistério?
2. Qual a sua formação inicial? Já trabalhou com a Educação Infantil?
3. Você já trabalhou com crianças com deficiência? Como você se sentiu a primeira vez que trabalhou com uma criança com deficiência?
4. Você possui formação para a Educação Inclusiva? Poderia citar algumas dessas formações caso você a tenha?
5. Você já teve contato com outras crianças com deficiência na Educação Infantil?
6. Atualmente você trabalha com crianças com deficiência? Obs.: se a professora responder Não a pergunta 5, não é necessário fazer as perguntas 6, 7 e 8.
7. Como você faz o seu planejamento diário para atender as crianças com deficiência?
8. Com relação a rotina do seu trabalho, como você faz as adequações?
9. No processo de aquisição da linguagem da criança, você considera que a socialização dessa pessoa com deficiência em espaço da escola regular é importante? Por quê?
10. No campo afetivo para todas as crianças da sua sala, com ou sem deficiência, quais as contribuições desse trabalho de inclusão na escola regular?
11. No aspecto psicomotor você considera que houve avanços para essas crianças com deficiência inclusas na educação infantil?
12. Quais as informações que você possui a respeito do diagnóstico do estudante que você trabalha?
13. Você recebe algum tipo de apoio da coordenação da escola para trabalhar com a criança com deficiência?
14. Quais as necessidades que você possui, para o trabalho com a criança com deficiência e qual você gostaria de obter com maior rapidez?
15. Outras observações.